

TENDÊNCIAS E MODALIDADES DA CONJUGALIDADE

Pedro Moura Ferreira

Resumo A evolução da conjugalidade ao longo da década de 1990 revela mudanças importantes em relação a três aspectos fundamentais: no número de pessoas que vivem em casal, na coabitação e na recomposição familiar. Entre os dois momentos censitários (1991 e 2001) o número de casais aumentou, em particular os casais sem filhos. Esta dinâmica de crescimento alarga-se também aos casais coabitantes e recompostos, embora os primeiros tenham aumentado mais significativamente que os segundos. A análise realizada permite ainda evidenciar alguns dos factores que exercem impacto nas configurações conjugais num dado momento: presença ou ausência de filhos, idade, instrução, inserção ocupacional e profissional e diferenciação regional. As modalidades que compõem estas variáveis reforçam, em certos casos, o casamento, noutros a coabitação.

Palavras-chave Conjugalidade, coabitação, famílias recompostas, censos.

Do ponto de vista da conjugalidade, o censo de 2001 revela três aspectos fundamentais: o aumento das pessoas que vivem em casal, em particular os casais sem filhos, o avanço consistente dos casamentos de facto e a expressão significativa da recomposição familiar. A identificação de uma dinâmica de crescimento em relação aos dois primeiros aspectos supõe a adopção de uma perspectiva evolutiva que toma por referência o censo anterior. Embora não seja possível efectuar o mesmo tipo de comparação em relação à recomposição familiar, porquanto o censo de 1991 não disponibiliza a informação necessária, a evolução registada noutros comportamentos demográficos, designadamente na divorcialidade, permite também supor a existência de uma tendência de crescimento. No entanto, esta perspectiva evolutiva é apenas uma das coordenadas de análise. Há que ter ainda em consideração a perspectiva sincrónica, ou seja, a distribuição das diferentes situações conjugais no espaço social, tendo em conta simultaneamente os grupos em que se encontram mais bem representados e os momentos do ciclo de vida em que mais frequentemente ocorrem. Deste modo, a análise da conjugalidade que desenvolveremos tomará em consideração, num primeiro momento, a dimensão evolutiva das situações conjugais entre os dois momentos censitários e, num segundo, as configurações que essas mesmas situações assumem em função de algumas variáveis críticas, como a idade, a instrução, a condição perante o trabalho ou a região, susceptíveis de elucidarem algumas das dinâmicas sociais que as atravessam. Este segundo momento da análise será circunscrito aos dados do censo de 2001.

Começemos por referir o aumento do número de pessoas que vivem em casal (quadro 1). Em relação a 1991, há uma variação de 8,3%, correspondendo a um

Quadro 1 População residente, agregados domésticos e núcleos familiares residentes de casais, em 1991 e 2001

Indicadores	1991	2001	Taxa de variação
Núcleos familiares residentes de casais	2480750	2687708	8,4
Agregados domésticos	3147403	3650757	16,0
População residente	9867147	10356117	5,0

Nota: Estes dados, tal como todos os outros referidos ao longo do texto, excepto os que forem devidamente assinados, reportam-se a informação extraída do sistema de informação *Infoline* do INE (http://www.ine.pt/prodserv/quadros/mostra_quadro.asp).

acréscimo um pouco acima de 200.000 casais. A variação observada é superior à que se verificou na população recenseada (5,0%), mas inferior à que se registou no número de agregados domésticos (16,0%).

Se o aumento do número de casais é um elemento caracterizador da evolução registada, o aspecto que merece ser sublinhado é a alteração do peso relativo dos núcleos conjugais com e sem filhos (quadro 2). De facto, esse aumento não se repercutiu de forma semelhante nos dois tipos de casais. Os primeiros continuam evidentemente a ter um peso muito superior ao dos segundos, mas, apesar de terem aumentado ligeiramente em termos absolutos, o seu peso percentual no conjunto dos núcleos conjugais diminuiu 3%. Esta diminuição só foi possível devido ao forte crescimento dos casais sem filhos que, no período em questão, registaram uma variação de 18,7%. A tendência que se destaca no sentido de os casais sem filhos terem taxas de crescimento superiores às dos casais com filhos reflecte algumas das mudanças que têm vindo a ocorrer na sociedade portuguesa, designadamente o envelhecimento da população, a diminuição do número médio de filhos e o protelamento da conjugalidade e da parentalidade por parte da população jovem.

O segundo aspecto a ter em conta no panorama da conjugalidade, sobretudo quando se adopta uma perspectiva de evolução, reside no crescimento acentuado das situações de coabitação. A designação adoptada pelo INE — casados sem registo ou casados “de facto” — procura abranger as pessoas que coabitam sem qualquer vinculação institucional, ou seja, sem estarem legalmente casadas. Entre os dois momentos censitários a coabitação passou de 194.315 para 381.120 indivíduos (quadro 2), correspondendo a uma variação de 96,1%, muito acima da variação das pessoas legalmente casadas (6,7%). O substancial acréscimo de pessoas vivendo em coabitação sugere que uma parte muito substantiva do aumento verificado no número de casais teve a ver com a dinâmica da coabitação.

Em termos relativos, no entanto, o fenómeno da coabitação, sobretudo tomando em consideração as referências europeias, continua a assumir proporções relativamente modestas (Kiernan, 1999). Se, em 1991, as pessoas que coabitam não representam mais de 4% do universo dos casados, em 2001, apesar do significativo acréscimo, não vão além de 6,9%. Em todo o caso, parece que se instalou uma dinâmica de crescimento que não deixará de se fazer sentir nos próximos tempos, tendo em conta que a expressão do fenómeno em Portugal continua muito abaixo da que se verifica nas sociedades mais desenvolvidas.

Quadro 2 Casais com e sem filhos, população casada e coabitante e filhos por tipo de casal, 1991 e 2001 (em valores absolutos e percentagem)

Indicadores	Ano				Taxa de variação
	1991		2001		
	Total	%	Total	%	
Casais					
• sem filhos	797569	32,2	947186	35,2	18,8
• com filhos	1683181	67,8	1740522	64,8	3,4
Total	2480750	100,0	2687708	100,0	8,3
População casada					
• com registo	4817699	96,1	5139592	93,1	6,7
• sem registo	194315	3,9	381120	6,9	96,1
Total	5012014	100,0	5520712	100,0	10,1
Filhos por tipo de casal					
• casal "de direito" sem filhos	762799	30,7	875216	32,6	14,7
• casal "de facto" sem filhos	34748	1,4	71970	2,7	107,1
• casal "de direito" com filhos	1621710	65,4	1626575	60,5	0,3
• casal de "facto" com filhos	61304	2,5	113947	4,2	85,9
Total	2480561	100,0	2687708	100,0	8,4

Nota: Os dados relativos à população casada "de direito" e "de facto", em 1991, são dados não publicados adquiridos ao INE no âmbito do projecto *Famílias no Portugal Contemporâneo*.

O aumento da coabitação reflecte-se na distribuição dos casais com e sem filhos (quadro 2). Em ambos os casos, regista-se um volume maior de efectivos, mas a variação é superior nos casais sem filhos, que duplicam (107%), apesar de continuarem a constituir o tipo de casal com menor peso percentual (2,7%). Em compensação, os casais coabitantes com filhos têm mais peso (4,2%), mas são animados por uma dinâmica de crescimento menos intensa e bastante dependente da presença e do crescimento dos casais recompostos "de facto". Em todo o caso, é possível concluir que, ao longo da década, a coabitação cresceu em todas as situações familiares, embora esse crescimento tivesse sido mais intenso nos casais sem filhos, provavelmente devido à preferência mais forte que as camadas jovens da população revelam pela coabitação.

O terceiro aspecto que importa referir diz respeito à recomposição familiar. Não sendo possível fazer uma análise evolutiva, porquanto o censo de 1991 não originou dados que contemplassem a situação das pessoas com filhos de uniões anteriores, o acréscimo da divorcialidade ao longo da década de 1990 reforça a possibilidade de esse evento ocorrer agora com maior frequência. Não podendo ser quantificada, não restam dúvidas que estamos também perante uma dinâmica de crescimento que assume, em 2001, valores que podem ser já considerados expressivos. Com efeito, apurou-se que os casais recompostos atingiram o valor de 46.786 correspondendo a 1,7% do total dos núcleos familiares residentes de casais (quadro 3). É importante ter em conta que os núcleos recompostos se consubstanciam apenas na presença de filhos de um ou dos dois membros do casal, não contabilizando as uniões sem filhos que resultam de divórcio ou separação anteriores. À luz deste esclarecimento, percebe-se melhor por que razão o número

Quadro 3 Casais recompostos “de direito” e “de facto”, em 2001, em valores absolutos e percentagem)

Indicadores	Total	%
Casal recomposto “de direito”	20652	44,1
Casal recomposto “de facto”	26134	55,9
Total de casais recompostos	46786	100,0
Casais recompostos / casais com filhos	—	2,7
Casais recompostos / núcleos familiares de casais	—	1,7

de casais recompostos se apresenta relativamente diminuto em comparação com a dinâmica que a divorcialidade tem revelado na última década.

Porém, a característica mais marcante dos casais recompostos é, porventura, a sua distribuição em termos de estatuto “de facto” ou “de direito”. Em termos do universo dos casais, a coabitação não ultrapassa 7%, cabendo o restante à situação de legalmente casado. Mas, no subgrupo dos casais recompostos, a relação entre casados, “de facto” e “de direito” é completamente distinta. Com efeito, a repartição é quase equitativa, cabendo, inclusive, a primazia à coabitação (55,9%). Constitui um resultado algo surpreendente verificar que a propensão para casar é muito menor no universo dos casais recompostos.

A presença de filhos nas situações conjugais

Traçado o panorama evolutivo da conjugalidade, importa agora analisar alguns dos parâmetros que animam as distintas situações conjugais. Uma das primeiras questões a esclarecer consiste em saber em que medida a existência de filhos condiciona o estatuto ou a situação conjugal. A observação da distribuição dos casais casados e coabitantes segundo a presença de filhos revela algumas diferenças, embora não sejam muito acentuadas (quadro 4). Os casais coabitantes tendem a estar um pouco mais representados nos núcleos conjugais sem filhos (38,7% contra 35% dos casados). As diferenças revelam-se, no entanto, mais assinaláveis no que se refere ao número de filhos. Nesta comparação iremos subdividir as famílias em três grupos (famílias de um filho, de dois e de três ou mais filhos), e alargaremos a análise de forma a especificar o subgrupo dos casais recompostos, destacando-o, portanto, do grupo mais amplo dos casais com filhos. Os principais resultados que resultam da comparação dos diferentes núcleos conjugais são os seguintes:

- as *famílias pequenas* (casal com um filho) estão ligeiramente mais representadas nos casais coabitantes (52,5%) e atingem a expressão mais baixa junto dos casais casados recompostos;
- os *casais recompostos* batem o recorde (em termos relativos, claro!) das famílias

Quadro 4 Casais “de direito” e “de facto” segundo a existência e o número de filhos (em valores absolutos e percentagem)

Indicadores	Casais		Casais recompostos	
	“de direito”	“de facto”	“de direito”	“de facto”
• sem filhos	35,0	38,7	-	-
• com filhos	65,0	61,3	-	-
Total de casais	(2501791)	(185917)	(20652)	(26134)
<i>Número de filhos</i>				
• 1 filho	50,5	52,5	30,0	37,9
• 2 filhos	39,3	31,3	27,1	24,5
• 3 ou mais filhos	10,2	16,1	42,8	37,6
Total de casais com filhos	(1626575)	(113947)	(20652)	(26134)
	Casais “de direito”		Casais “de facto”	
	Total	%	Total	%
<i>Casais com 3 ou + filhos</i>				
• total	165653	10,2	18396	16,1
• excluindo os casais recompostos	160052	9,8	12000	10,5

numerosas, alcançando valores em torno de 40%, com uma ligeira supremacia dos que estão legalmente casados (42,8%);

- os *casais coabitantes* em comparação com o grupo dos casados, estão significativamente mais representados nas famílias numerosas (16,1% contra 10,2%) e mantêm um ligeiro ascendente de dois pontos percentuais nas famílias de um filho, sugerindo uma distribuição mais concentrada nos extremos;
- os *casais casados*, em contrapartida, têm uma representação mais forte nas famílias de dois filhos (39,3%).

Estes resultados suscitam alguns comentários. Começando por referir o facto mais óbvio de as famílias numerosas estarem mais representadas no universo dos casais recompostos, tal facto relaciona-se com o processo de reconstituição familiar, que implica trazer para o interior de uma nova união filhos de uma outra conjugalidade entretanto dissolvida. O início da vida de um casal recomposto está marcado pela existência de filhos não comuns, a que se juntam frequentemente filhos comuns, que tendem a fazer aumentar a dimensão média das famílias recompostas comparativamente às demais. Significativa é também a presença de uma percentagem elevada (acima de 30%) de famílias com um filho, indiciando que parte do universo dos casais recompostos não tem filhos comuns, situação que se revela mais frequente nos que vivem em coabitação (37,9% de coabitantes contra 30% de casados). O casamento parece assim promover a existência de famílias recompostas mais numerosas.

A distribuição do número de filhos nos casais coabitantes sugere uma interpretação mais complexa. Como se referiu, há uma distribuição mais concentrada nas famílias pouco e muito numerosas, apelando, porventura, para

explicações distintas. A presença nas primeiras, ainda que a diferença para os casados seja pouco expressiva, pode ter a ver com o facto, bem conhecido, de a coabitação assumir frequentemente um carácter transitório de experiência a dois anterior ao casamento, que tende a ocorrer após o decurso dos primeiros anos de vivência conjugal, em que também é comum o nascimento de um filho. No que se refere às famílias numerosas (de três ou mais filhos), a expressão bastante mais significativa que assume nas famílias coabitantes pode ser facilmente explicada pelo peso que o subgrupo dos casais recompostos tem no interior no universo das famílias coabitantes.¹ Se excluirmos os casais recompostos, as famílias coabitantes têm um peso semelhante ao das famílias casadas (respectivamente, 10,5% e 9,8%) (quadro 4). Neste sentido, pode dizer-se que a existência de famílias numerosas é um atributo dos casais recompostos e não da coabitação, tanto mais quando se verificou que, nas famílias de três ou mais filhos, não há diferenças assinaláveis entre casados e coabitantes. No que respeita aos filhos, os casais coabitantes seriam assim mais caracterizados pelo predomínio das famílias de um filho do que pela existência de famílias numerosas.

Um último ponto merece ser sublinhado. As distribuições analisadas não corroboram a ideia de que a coabitação consista exclusivamente numa etapa pré-nupcial e anterior ao nascimento dos filhos. De facto, a existência, ou não, de filhos não diferencia significativamente os casais casados dos coabitantes. Apesar de alguma vantagem, os casados não propendem significativamente mais para a parentalidade. Em segundo lugar, a ideia de que o casamento em relação à coabitação representaria uma situação institucional capaz de proporcionar maior segurança e protecção não parece corroborada nas distribuições analisadas, em particular no caso das famílias numerosas, que seriam, em princípio, as que mais facilmente poderiam convocar a presença desses elementos. Com efeito, se não se levar em linha de conta os casais recompostos, o peso das famílias numerosas é semelhante, como se verificou, entre casados e coabitantes. Este facto não promove a ideia do casamento como moldura institucional capaz de proporcionar uma segurança acrescida ao desenvolvimento de famílias numerosas. Aparentemente, a situação conjugal não condiciona o aumento da dimensão familiar.

O impacto da idade nas situações conjugais

Os contrastes verificados em relação à presença e ao número de filhos não podem deixar de ser bastante marcados pelo desenvolvimento do curso de vida. Algumas idades na vida do casal são mais propensas à concentração de filhos, enquanto outras, especialmente no início ou na parte final da trajectória comum,

1 Os casais recompostos (6396) representam 35% do conjunto das famílias coabitantes de três ou mais filhos (18.396). Nas famílias casadas, a mesma percentagem é apenas um pouco superior a 3%.

Quadro 5 Núcleos familiares conjugais segundo o escalão etário e nível de ensino da mulher e a condição perante a actividade económica do casal (em percentagem)

Indicadores	Núcleos conjugais					
	Casais sem filhos		Casais com filhos		Casais recompostos	
	"de direito"	"de facto"	"de direito"	"de facto"	"de direito"	"de facto"
<i>Escalões etários</i>						
até 20 anos	0,5	4,3	0,2	2,4	0,2	0,5
20-24 anos	4,4	13,4	2,8	9,6	2,7	4,0
25-29 anos	7,5	16,6	9,0	15,7	8,0	11,7
30-34 anos	3,6	9,9	14,6	18,7	15,7	19,5
35-39 anos	1,9	6,6	17,0	18,3	22,0	22,9
40-44 anos	2,2	6,0	16,1	14,3	19,1	18,8
45-49 anos	4,4	6,8	14,2	9,4	13,4	11,4
50-54 anos	8,7	7,3	10,8	5,5	8,1	6,0
55-59 anos	12,7	6,8	6,8	2,9	4,6	2,8
60-64 anos	15,3	6,4	4,1	1,5	2,6	1,1
65 ou mais anos	39,1	15,9	4,4	1,7	3,5	1,3
<i>Nível de ensino</i>						
Sem nível de ensino	18,8	11,7	3,6	5,8	4,0	3,6
Básico 1º ciclo	49,9	28,5	41,5	32,6	38,4	36,1
Básico 2º ciclo	6,7	9,2	16,8	16,3	16,3	17,5
Básico 3º ciclo	5,8	10,3	10,0	13,4	11,8	13,5
Secundário	9,7	22,4	16,2	22,5	18,3	21,1
Ensino médio	1,1	0,8	0,8	0,5	0,7	0,5
Ensino superior	8,0	17,2	11,1	9,0	10,4	7,7
<i>Condição p/ actividade</i>						
Ambos empregados	24,9	48,8	55,9	54,9	55,2	58,0
Só marido empregado	15,3	19,5	26,2	27,3	25,7	26,1
Só mulher empregada	6,6	7,9	5,8	7,6	7,6	7,8
Ambos sem actividade	53,3	23,8	12,1	10,3	11,5	8,1
Total	100,00 (875216)	100,00 (71970)	100,00 (1626575)	100,00 (113947)	100,00 (20652)	100,00 (26134)

caracterizam-se mais pela sua ausência. Se a associação entre idade do casal e filhos não reserva, em si mesma, grandes surpresas, a questão que vale a pena esclarecer consiste em saber se os grupos coabitantes e casados seguem o mesmo calendário no que a filhos diz respeito.

No caso dos casais sem filhos verifica-se que a coabitação tem grande expressão nos grupos mais novos, chegando a ser entre duas a três vezes superior à dos casados, praticamente até aos 50 anos (quadro 5). A partir desta idade a coabitação perde força por comparação com o grupo dos casados. Mas, mais do que um brusco declínio, como acontece nos casais com filhos, observa-se um declínio gradual ou mesmo uma estagnação da coabitação nas idades mais avançadas. A coabitação surge também representada na parte superior da pirâmide etária, não se circunscrevendo exclusivamente às pessoas mais novas. Em sentido inverso move-se o grupo dos casados. A partir dos 45-49 anos começa a adquirir um peso maior que aumenta à medida que a idade avança. No topo da pirâmide, os casais casados têm um peso mais de duas vezes superior ao dos

coabitantes, verificando-se, através desta sub-representação, a tendência anteriormente observada, segundo a qual a coabitação tenderia a ser, nos casais sem filhos, um atributo mais comum da população mais jovem.²

O panorama da coabitação é, no entanto, algo distinto quando se considera os casais com filhos. Aparece com expressão significativa a partir do grupo de 25-29 anos e permanece elevada até ao escalão de 50 anos. Depois começa a perder importância, mantendo valores praticamente residuais nos grupos mais velhos. A razão deste declínio está, sem dúvida, relacionada com o facto de os casais com filhos perderem bastante peso numérico nos grupos etários de idade mais avançada. Com efeito, é natural que, a partir dos 50 anos, se acentuem as partidas dos filhos, passando o casal à categoria de casal sem filhos, mantendo-se ou não na qualidade de casal coabitante. Mas, o mesmo facto atinge os casais casados que, apesar de tudo, exibem valores percentuais mais de duas vezes superiores aos dos coabitantes. Embora se possa admitir a existência de factores específicos que expliquem a propensão de os casais casados mais velhos co-residirem mais frequentemente com os filhos, não é de excluir a possibilidade de os casais coabitantes “emigrarem” para a situação de casado ao longo da trajectória de vida. Neste sentido, a acentuada quebra percentual que os casais coabitantes registam a partir dos 50 anos estaria, não apenas relacionada com o movimento “natural” da partida dos filhos, como poderia ainda convocar a hipótese de uma transferência de coabitantes para o casamento ao longo da vida. Esta hipótese parece receber confirmação na distribuição dos casais sem filhos, em que é claro o reforço dos casais casados na parte superior da hierarquia etária. Igualmente, no caso dos casais recompostos, observa-se também uma diminuição mais intensa dos casais coabitantes nos grupos etários mais velhos, sugerindo a possibilidade de alguns deles passarem para a qualidade de casados à medida que a idade avança. Seja como for, com base nos dados censitários dificilmente se poderia ir mais longe no esclarecimento das transferências entre as situações conjugais ao longo do curso de vida.

Relativamente aos casais recompostos verifica-se a existência de um padrão semelhante ao dos casais com filhos. Quer sejam coabitantes, quer estejam casados, os casais recompostos concentram-se fortemente nas classes mais novas e intermédias, embora com alguma vantagem da coabitação, e têm uma presença menos significativa nas classes etárias mais velhas. A quebra sucede a partir dos grupos de idade superior a 45 anos e acentua-se nos grupos de idade mais avançada (a partir de 55 anos). Nestes grupos, as diferenças entre casados e coabitantes têm uma amplitude semelhante à que se verifica nos casais com filhos.

A idade parece assim estabelecer duas fracturas: por um lado, entre casais sem e com filhos (incluindo os recompostos), em que se observa o aumento percentual dos primeiros nos escalões etários mais altos; por outro, entre coabitantes e casados, fazendo com que os primeiros tenham uma importância

2 A análise desenvolvida, por uma questão de economia de texto, apenas considera a idade da mulher. No entanto, as distribuições relativas ao homem revelam-se semelhantes, apesar de algumas diferenças em relação à idade em que se manifestam as tendências de subida ou de descida.

percentual mais elevada nas idades mais baixas. Enquanto a primeira fractura está associada ao facto “natural” de os filhos deixarem mais cedo ou mais tarde de residir com os pais, a segunda estará relacionada com os fluxos entre as situações conjugais que ocorrem ao longo da vida em que as transferências dos coabitantes em direcção ao casamento assumem provavelmente a primazia.

Situações conjugais e níveis de instrução

A idade sugeriu permutações entre os estatutos conjugais ao longo do curso de vida. A análise da variável *instrução* procurará seguir as preferências e as escolhas conjugais dos diferentes grupos educacionais, tomando como legítima a posição que considera o grau de instrução um indicador de determinado posicionamento no espaço social. Seguindo as mesmas linhas de análise, começaremos por esboçar as principais clivagens entre casados e coabitantes, tendo por base a existência ou não de filhos.

Considerando a posição da coabitação nos casais sem filhos pode dizer-se que está mais bem representada nas categorias mais elevadas de ensino, excluindo o ensino médio (quadro 5). Apesar de aquelas não serem as categorias que registam o valor mais elevado (é, com efeito, o nível de ensino *1.º ciclo* que o reclama), todas elas apresentam valores consideravelmente mais elevados em relação aos casais casados. Nos outros níveis de ensino, inclusive no *1.º ciclo*, é o inverso que ocorre. Por conseguinte, parece possível estabelecer um elo entre coabitação e instrução, se não se levar em conta a posição algo refractária que a categoria *ensino médio* expressa. Mas atendendo ao seu fraco volume, a posição divergente deste grupo não tem força suficiente para apagar a representação mais forte dos coabitantes nos níveis educacionais mais elevados, tanto mais quando a presença destes no ensino superior é bastante significativa (17,2%). A associação entre coabitação e instrução, que é, no mínimo, forte, pelo menos no que diz respeito aos graus de instrução mais elevados, no universo dos casais sem filhos, verificar-se-á também no universo dos casais com filhos? Também neste caso poder-se-á dizer que a instrução promove a coabitação? Para poder responder à questão, convém analisar algumas diferenças importantes que emergem quando se encara a coabitação com base na existência de filhos. A consideração do universo dos casais com filhos permite traçar um panorama algo distinto da coabitação. A sua presença faz-se sobretudo sentir em dois níveis intermédios (*3.º ciclo* e ensino secundário) e na categoria *sem nível de ensino*.³

3 Uma observação deve ser feita em relação à baixa percentagem de casais com filhos na categoria sem nível de ensino, que contrasta com os valores bastante mais elevados que a mesma categoria exhibe no conjunto dos casais sem filhos. Quer num caso, quer no outro, confrontamo-nos muito provavelmente com a presença de uma população idosa que, como é conhecido, apresenta uma ausência muito significativa de habilitações escolares formais. A presença de uma população envelhecida tende a provocar um aumento dos casais sem filhos na medida em que a probabilidade de os filhos residirem na família de origem diminui com o avanço da idade dos pais, justificando uma percentagem menos elevada na categoria sem instrução entre os casais com filhos.

A categoria 1.^o *ciclo* continua a ser a mais importante, mas, tal como se observa nos casais sem filhos, tem um peso inferior ao que se regista nos casais casados, contrariamente às categorias antes referidas. Uma diferença significativa que transparece nesta mudança de universo familiar é o facto de a associação entre ensino superior e coabitação ter não só desaparecido como invertido a tendência, isto é, os casais casados encontram-se agora mais bem representados neste nível de ensino. Esta mudança de posição sugere que a população com habilitações superiores é aberta à coabitação mas tende a casar-se à medida que constitui família.

Outro dado interessante reside na amplitude das diferenças entre casados e coabitantes. Com efeito, essa amplitude é bastante mais significativa nos casais sem filhos do que nos casais com filhos. Por exemplo, no nível de ensino secundário, o peso duas vezes superior dos coabitantes sem filhos em relação aos casados contrasta com a diferença percentual de cinco pontos que se observa entre as duas situações conjugais no universo das famílias com filhos. A presença de filhos parece esmorecer ou mesmo neutralizar a associação que se descortinava entre coabitação e instrução, circunscrevendo-a aos escalões intermédios de instrução (2.^o ciclo e secundário), mas, mesmo aí, a intensidade dessa associação é mais fraca quando comparada com a que se observa no universo dos casais sem filhos. Os dados analisados não permitem pois postular uma correlação entre instrução e coabitação. O aspecto mais saliente que deles se destaca é a propensão dos grupos medianamente instruídos para a coabitação com ou sem filhos. O grupo mais instruído (ensino superior) só os acompanha quando não há filhos presentes.

A ponderação da variável *instrução* nos casais recompostos proporciona uma distribuição bastante idêntica à dos casais com filhos. Com efeito, as categorias intermédias de instrução fazem realçar os casais coabitantes, enquanto os casados se destacam quer nos níveis de instrução mais baixos, quer nos mais altos. A amplitude das diferenças entre casados e coabitantes está também bastante próxima da que se verifica nos casais com filhos. Deste modo, chegaremos também à conclusão de que, no subconjunto dos casais recompostos, a presença mais forte dos casados nos grupos mais instruídos não é de todo suficiente para se estabelecer uma relação entre instrução e casamento (ou coabitação), tanto mais quando é visível que os níveis mais baixos de escolaridade exibem uma presença mais forte de casados. O único resultado que se reproduz de uma forma consolidada é a propensão mais forte das categorias *ensino secundário* e 3.^o *ciclo* para a coabitação em todas as situações conjugais.

Situações conjugais e actividade económica

A comparação entre casamento e coabitação no que se refere à inserção no mundo laboral faz sobressair o papel desempenhado pela existência de filhos. É

particularmente claro que os casais com filhos, quer sejam casados ou coabitantes, têm uma maior inserção profissional. Tomando como exemplo a situação em que ambos os membros do casal trabalham, verifica-se que a inserção profissional se situa em torno de 55% (quadro 5). Obviamente que esta associação entre a existência de filhos e inserção profissional se explica pelo facto de as idades activas coincidirem com o período de reprodução familiar. À medida que os casais envelhecem não apenas aumenta a saída dos filhos de casa, como diminui a participação na vida activa. É, por conseguinte, nos casais sem filhos que se encontram as mais altas percentagens de casais sem actividade económica ou desempregados. As percentagens alcançadas pelos casados e pelos coabitantes sem filhos (respectivamente, 53,8% e 23,8%) contrastam fortemente com as que registam os casais com filhos, cujos valores atingem patamares um pouco acima de 10%. Deste modo, a associação entre a diminuição da actividade económica e a não existência de filhos é, em grande medida, produto do envelhecimento. Como vimos, os casais sem filhos tendem a revelar uma estrutura etária mais envelhecida e, conseqüentemente, menos activa.

A associação entre inserção activa e existência de filhos encontra-se ainda confirmada na situação em que o homem assume a exclusividade da sustentação económica da família. Com efeito, esta situação, compatível com modelos familiares de pendor tradicional, é bastante mais frequente nos casais com filhos, quer sejam casados (26,2) ou coabitantes (27,3%). Mas, no caso de ser a mulher a fonte de rendimento do casal, a distribuição assume características distintas. Desde logo, por ser a condição ocupacional com o nível mais baixo de participação e por ter diferenças bastante pequenas entre as situações conjugais (a diferença máxima é de cerca de 2,0%). Apesar do carácter quase residual da categoria e das diferenças reduzidas, não deixa de ser significativo verificar que os valores mais elevados ocorrem precisamente nas situações de coabitação.

Há outra característica importante a sublinhar nos casais coabitantes sem filhos. Se é verdade que, conforme se referiu, têm uma menor inserção profissional em relação aos casais com filhos, também é correcto afirmar-se que estão bastante mais próximos destes do que dos casados sem filhos, especialmente no que respeita a situação em que ambos os membros do casal estão empregados. Os 49% de coabitantes sem filhos estão mais próximos dos casais com filhos (em torno de 55%) do que dos casados sem filhos (25%). Esta maior participação no mercado de trabalho indicia uma estrutura etária menos envelhecida do que a que caracteriza os casados sem filhos. No entanto, o peso dos coabitantes sem filhos que não exercem actividade económica é cerca de duas vezes superior ao dos casais com filhos, sugerindo a existência de uma estrutura etária provavelmente menos jovem ou de uma maior afectação do desemprego. A inserção económica dos coabitantes sem filhos coloca este grupo numa posição intermédia entre os casados sem filhos e os casais com filhos, que se justificaria quer em função de uma estrutura etária menos envelhecida do que a dos primeiros, mas menos jovem do que a dos segundos, quer em função de uma possível exposição mais intensa em relação ao desemprego.

A relação entre participação no mercado de trabalho e existência de filhos é

também comprovada no caso dos casais recompostos. Constituindo estes um subconjunto dos casais com filhos, deveriam apresentar características idênticas. De facto, assim é. Não existem, por um lado, diferenças significativas entre casados e coabitantes, e, por outro, a distribuição percentual das categorias é semelhante à que caracteriza o conjunto das famílias com filhos: peso maioritário da situação em que ambos os membros do casal trabalham, seguida pela expressão significativa da situação em que o homem constitui a fonte exclusiva de sustentação económica da família, e fraca percentagem de casos em que ambos os membros do casal não exercem actividade económica. Os casais recompostos reforçam a ideia de que a presença dos filhos tende a acompanhar a inserção ocupacional e profissional de ambos os membros do casal.

Situações conjugais e diversidade regional

Coincidindo com outras divisões regionais bem conhecidas, a distribuição dos núcleos familiares de casais revela não só os contrastes existentes entre o norte e o sul, mas também os que opõem a interioridade às zonas litorais do país. As divisões regionais, caracterizadas a partir das NUT III, revelam que o casamento está bastante mais enraizado no norte do país, sobretudo na região litoral acima do Grande Porto, e nas regiões da Serra da Estrela e de Pinhal Sul. Em todas estas regiões, o peso das situações “de facto” é inferior a 3% (figura 1), um número significativamente abaixo do peso da coabitação no país (6,9%). Mas estas não são as únicas regiões com valores inferiores à percentagem nacional. Se considerarmos também as regiões com uma incidência de situações “de facto” não superior a 5%, verificamos que mais de 2/3 das NUT apresentam valores de coabitação relativamente modestos ou mesmo baixos. A coabitação parece assim concentrar-se num pequeno número de regiões. Em particular vale a pena realçar as regiões com valores superiores a 10%, que se estendem por um contínuo que vai do Algarve, passa pelo litoral alentejano e termina na península de Setúbal.

A distribuição dos casais recompostos coincide praticamente com a dos casais “de facto” (figura 2). Com efeito, toda a metade norte do país, com a excepção da região do Baixo Vouga, apresenta valores baixos ou moderados, mas em todo o caso abaixo da percentagem nacional (1,7%). É também interessante notar que as regiões mais a norte, com excepção do Grande Porto, exibem uma presença de casais recompostos mais baixa que as regiões do centro, sugerindo um crescimento gradual à medida que se caminha para sul. E de facto, assim é. Toda a metade sul do país revela percentagens mais elevadas de casais recompostos, que se acentuam com a proximidade do litoral. As mesmas regiões que apresentam os mais altos valores de coabitação constituem o grupo com as percentagens mais altas de casais recompostos, ao qual se junta ainda a região da Grande Lisboa.

A comparação entre as distribuições da coabitação e dos casais recompostos permite ressaltar uma geografia praticamente coincidente. No norte do país, a

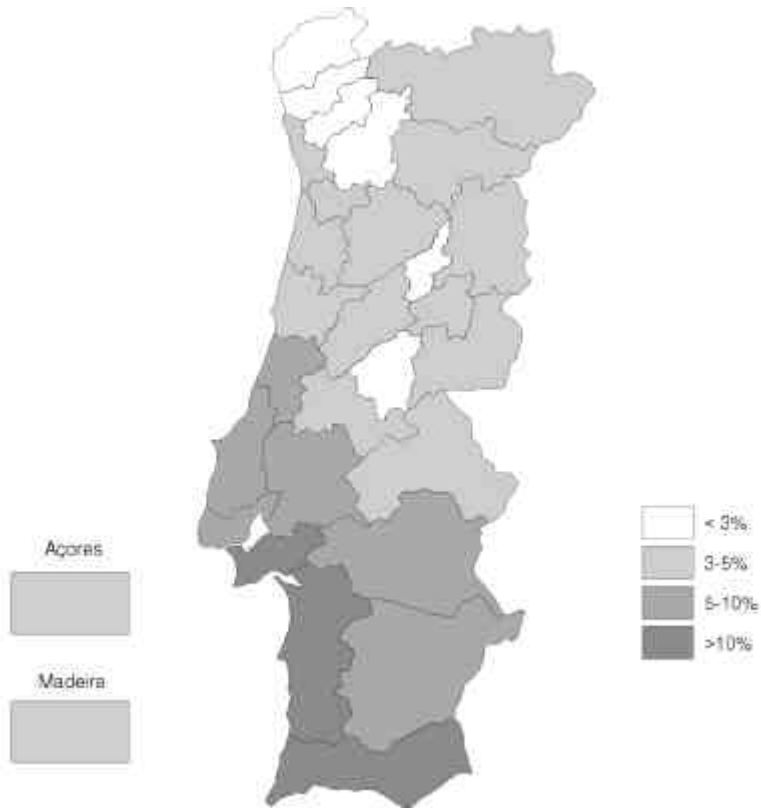


Figura 1 Percentagem de casais "de facto" por NUT III

forma de união privilegiada é o casamento, sendo a coabitação um padrão algo refractário e o recasamento pouco comum. No sul do país, a coabitação tende a ter uma aceitação bastante maior e as famílias recompostas são frequentes. Nesta "geografia" de diferenças entre o norte e o sul, existe ainda um efeito que opõe o litoral e o interior. De facto, as regiões junto do litoral tendem a contrastar com as que se situam no interior, acentuando as percentagens de coabitantes e de casais recompostos e contribuindo para uma maior diversificação das situações conjugais. Esta diversidade integra-se, evidentemente, em padrões mais gerais, como sejam as estruturas domésticas ou as crenças religiosas, que contribuem para estruturar o país em torno de determinadas fracturas e oposições, mas também segundo linhas de continuidade.



Figura 2 Percentagem de casais recompostos por NUT III

Conclusão

A análise da evolução dos núcleos familiares de casais ao longo da última década revela uma dinâmica de mudança que se reflecte, não apenas no aspecto quantitativo, consubstanciado sobretudo no aumento do número de casais sem filhos, mas também no aspecto qualitativo. Em relação a este último, importa referir a expansão da coabitação (que duplica) e a visibilidade crescente da mobilidade conjugal traduzida nas famílias recompostas.

Procurando identificar algumas das características mais importantes que estão na base das diferentes situações conjugais, destacou-se a necessidade de tomar em consideração o impacto da presença ou da ausência de filhos. Com efeito, o resultado a que se chegou tende a mostrar que o casamento não promove significativamente mais a parentalidade, nem a existência de famílias numerosas. Estas constituem sobretudo um elemento de caracterização relevante dos casais recompostos. A ausência de filhos não é assim um atributo dos casais coabitantes, mas

essencialmente um elemento que caracteriza os casais mais velhos. A coabitação é, contudo, um atributo dos casais mais novos e tende a estar mais representada nos níveis intermédios de instrução (2.º ciclo e ensino secundário) e, caso não haja filhos, também no ensino superior. No que respeita ainda à coabitação, não se encontraram fundamentos que sustentem a hipótese de a coabitação ser exclusivamente um fenómeno transitório que antecede o casamento. Em muitos casos, a coabitação assume muito provavelmente um carácter tão definitivo como o casamento. Igualmente não se recolheu evidência de que a coabitação constituiria uma situação de maior precariedade profissional e ocupacional por comparação ao casamento. Não há, com efeito, diferenças entre casais casados e coabitantes nas famílias com filhos e, quando estes estão ausentes, a condição perante o trabalho dos coabitantes não difere muito relativamente aos casais com filhos. A mais baixa participação no mercado de trabalho revelada pelos casados sem filhos está relacionada com o envelhecimento da sua estrutura etária.

Os dados analisados permitiram descortinar alguns dos factores que exercem impacto nas configurações conjugais num dado momento: presença ou ausência de filhos, idade, instrução, inserção ocupacional e profissional e diferenciação regional. As modalidades que compõem estas variáveis reforçam, em certos casos, o casamento, noutros, a coabitação. Apesar de todos estes elementos contribuírem para o esclarecimento da dinâmica da conjugalidade, deixam de fora um aspecto fundamental. Com efeito, os dados não permitem seguir a mudança entre os estatutos conjugais ao longo da vida dos indivíduos. Este complemento necessário convoca, no entanto, outro tipo de dados de natureza longitudinal que estão além da informação proporcionada no recenseamento da população.

Referências bibliográficas

Livros e artigos científicos

- Allan, Graham, e Crow Graham (2001), *Families, Households and Society*, Hampshire, Palgrave.
- Almeida, Ana Nunes de, e outros (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em José M. Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.
- Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, colecção Análise Social, Lisboa, ICS, INCM.
- Ferrão, João (1996), "Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno", em António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, pp. 165-190.
- INE (1991 e 2001), *Recenseamentos Gerais da População e da Habitação*, Lisboa, INE.
- Kiernan, Kathlenn (1999), "Cohabitation in Western Europe", *Population Trends*, 96, pp. 25-32.

Rosa, Maria João Valente, e Cláudia Vieira (2003), *A População Portuguesa no Século XX*, Lisboa, ICS.

Documentos electrónicos

INE, *Infoline*, http://www.ine.pt/prodserv/quadros/mostra_quadro.asp (Junho, 2003).

Pedro Moura Ferreira. Investigador auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. *E-mail*: PMFerreira@ics.ul.pt